



PRÁTICAS EM SAÚDE: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



ORGANIZADORES

DR. AVELAR ALVES DA SILVA

DR WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA MIRANDA

DR ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO





PRÁTICAS EM SAÚDE: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



ORGANIZADORES

DR. AVELAR ALVES DA SILVA
DR WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA MIRANDA
DR ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3 de [SCISAUDE](https://www.scisaude.com.br/catalogo/praticas-em-saude-uma-abordagem-multidisciplinar-3/92) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/praticas-em-saude-uma-abordagem-multidisciplinar-3/92>

2026 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2026 Os autores

Copyright da edição © 2026 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3

ORGANIZADORES

Dr. Avelar Alves da Silva

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

Dr Wallace Rodrigues de Holanda Miranda

<http://lattes.cnpq.br/9510895183615760>

<https://orcid.org/0000-0002-0306-251X>

Dr Arquimedes Cavalcante Cardoso

<http://lattes.cnpq.br/0647092865505641>

<https://orcid.org/0000-0001-9546-805X>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lenara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lenara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores



Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	Jean Carlos Leal Carvalho De Melo Filho	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Práticas em saúde [livro eletrônico] : uma abordagem multidisciplinar / organizadores Avelar Alves da Silva, Wallace Rodrigues de Holanda Miranda, Arquimedes Cavalcante Cardoso. -- 1. ed. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2026.
PDF

Vários autores. **Bibliografia.**
ISBN 978-65-85376-79-2

1. Ciências da saúde 2. Educação em saúde
3. Multidisciplinaridade 4. Promoção da saúde
5. Saúde pública 6. Sistema Único de Saúde (Brasil)
I. Silva, Avelar Alves da. II. Miranda, Wallace Rodrigues de Holanda. III. Cardoso, Arquimedes Cavalcante

26-333388.0

CDD-613

Índices para catálogo sistemático:

1. Promoção da saúde 613

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.56161/sci.ed.20260204



978-65-85376-79-2



SCISAUDE

Teresina – PI – Brasil

scienceesaude@hotmail.com

www.scisaude.com.br



APRESENTAÇÃO

A promoção da saúde é um pilar essencial para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes. Com o avanço das pesquisas e a necessidade de abordagens cada vez mais integradas e interdisciplinares, **"PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3"** surge como uma obra fundamental para profissionais, pesquisadores e estudantes que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Este livro reúne uma série de estudos atualizados, abordando estratégias inovadoras, políticas públicas, desafios contemporâneos e práticas bem-sucedidas na promoção da saúde. A diversidade dos temas tratados reflete a amplitude desse campo, explorando desde a atenção primária até a implementação de tecnologias na saúde, passando por programas de prevenção, educação em saúde e análise epidemiológica.

Com uma linguagem clara e fundamentação científica rigorosa, **"PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3"** é uma leitura indispensável para aqueles que buscam compreender as novas tendências e contribuir para a efetivação de ações voltadas ao bem-estar da população.

Este livro não apenas compartilha conhecimento, mas também incentiva a reflexão crítica e a aplicação de estratégias baseadas em evidências para um futuro mais saudável e sustentável.

Boa Leitura!!!



Sumário

CAPÍTULO 1.....	11
A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO EIXO ESTRUTURANTE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE	11
10.56161/sci.ed.20260204C1	11
CAPÍTULO 2.....	20
CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS	20
10.56161/sci.ed.20260204C2	20
CAPÍTULO 3.....	29
10.56161/sci.ed.20260204C3	29
CAPÍTULO 4.....	42
A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: COMO PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS APROFUNDAM DESIGUALDADES NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	42
10.56161/sci.ed.20260204C4	42
CAPÍTULO 5.....	53
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMUNITÁRIA	53
10.56161/sci.ed.20260204C5	53
CAPÍTULO 6.....	61
INTEGRAÇÃO ENTRE ENFERMAGEM E ODONTOLOGIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	61
10.56161/sci.ed.20260204C6	61
CAPÍTULO 7.....	81
EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO SEMIÁRIDO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA CULTURA ALIMENTAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA	81
10.56161/sci.ed.20260204C7	81
CAPÍTULO 8.....	91
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VULNERABILIDADES À SAÚDE SEXUAL: EPIDEMIOLOGIA DAS ISTS EM IDOSOS NO BRASIL	91
10.56161/sci.ed.20260204C8	91
CAPÍTULO 9.....	101
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS EVITÁVEIS: CONTRIBUIÇÕES DA VIGILÂNCIA PARA A GESTÃO DO SUS	101
10.56161/sci.ed.20260204C9	101



CAPÍTULO 10	111
BASES MOLECULARES DA ONCOLOGIA: VIAS DE SINALIZAÇÃO COMO ALVOS PARA TERAPIAS DE PRECISÃO	111
10.56161/sci.ed.20260204C10	111
CAPÍTULO 11	123
INSEGURANÇA ALIMENTAR E OBESIDADE DUAS FACES SOCIAIS DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	123
10.56161/sci.ed.20260204C11	123
CAPÍTULO 12	136
IMPACTOS DA CIRURGIA ORTOGNÁTICA, PALATOPLASTIA E QUEILOPLASTIA EM INDIVÍDUOS COM FISSURA LABIOPALATINA	136
10.56161/sci.ed.20260204C12	136
CAPÍTULO 13	143
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	143
10.56161/sci.ed.20260204C13	143
CAPÍTULO 14	155
RACISMO ESTRUTURAL COMO DETERMINANTE INVISIBILIZADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	155
10.56161/sci.ed.20260204C14	155
CAPÍTULO 15	170
SIMULAÇÃO COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	170
10.56161/sci.ed.20260204C15	170
CAPÍTULO 16	180
TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA: PROTEÇÃO COLETIVA OU EROSÃO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS?	180
10.56161/sci.ed.20260204C16	180
CAPÍTULO 17	191
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRÉ-NATAL NO SUS: AVANÇOS E LACUNAS DO CUIDADO INTEGRAL	191
10.56161/sci.ed.20260204C17	191



CAPÍTULO 13

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PUBLIC HEALTH AND ENVIRONMENT POLICIES IN THE FACE OF CLIMATE
CHANGE

 10.56161/sci.ed.20260204C13

Tamires Almeida Bezerra

Faculdade Líbano

<https://orcid.org/0009-0000-5908-7647>

Ângela Zenúbia Pereira de Araújo Moraes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

<https://orcid.org/0000-0002-3617-8359>

Emanoela Therezinha Bessa Mendes

Universidade estadual do Ceará – UECE

<https://orcid.org/0000-0003-1455-1914>

Juliana Teixeira Dutra

Universidade Federal do Espírito Santo -UFES

<https://orcid.org/0000-0001-9341-5691>

Mara de Jesus Costa da Silva

Universidade Federal do Piauí-UFPI

<https://orcid.org/0009-0000-1613-7309>

Robson Albano Simão

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

<https://orcid.org/0000-0002-5354-8462>

RESUMO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos à saúde pública e ao meio ambiente, gerando impactos diretos e indiretos sobre os sistemas de saúde e ampliando desigualdades sociais. Eventos extremos e a degradação ambiental intensificam riscos sanitários, especialmente entre populações vulneráveis, exigindo respostas sustentáveis e intersetoriais. **OBJETIVO:** Evidenciar como as políticas públicas de saúde e meio ambiente influenciam na mitigação dos impactos das mudanças climáticas nos indicadores de saúde da



população. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo, realizada em bases de dados nacionais e internacionais (LILACS, SciELO, PubMed e Scopus). A estratégia PICO foi utilizada para formulação da pergunta norteadora, e os descritores foram combinados por operadores booleanos. Foram incluídos artigos completos publicados entre 2021 e 2026, em português e inglês, resultando na seleção final de 14 estudos. **RESULTADOS:** Os estudos analisados evidenciaram que políticas públicas sustentáveis em saúde contribuem para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, fortalecendo a resiliência dos sistemas de saúde e reduzindo vulnerabilidades socioambientais. Destacou-se a importância da governança, da integração intersetorial e da incorporação da equidade como princípios estruturantes das políticas públicas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o enfrentamento dos impactos climáticos sobre a saúde requer políticas públicas sustentáveis, baseadas em evidências científicas e orientadas pela justiça social. A articulação entre sustentabilidade, saúde pública e governança é essencial para promover sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e preparados para os desafios ambientais contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Mudanças Climáticas, Saúde Pública, Saúde Ambiental.

ABSTRACT


Climate change represents one of the greatest contemporary challenges to public health and the environment, generating direct and indirect impacts on health systems and widening social inequalities. Extreme events and environmental degradation intensify health risks, especially among vulnerable populations, requiring sustainable and intersectoral responses. **OBJECTIVE:** To highlight how public health and environmental policies influence the mitigation of the impacts of climate change on population health indicators. **METHODOLOGY:** This is an integrative literature review, descriptive in nature, conducted in national and international databases (LILACS, SciELO, PubMed, and Scopus). The PICO strategy was used to formulate the guiding question, and the descriptors were combined using Boolean operators. Full articles published between 2021 and 2026, in Portuguese and English, were included, resulting in the final selection of 14 studies. **RESULTS:** The studies analyzed showed that sustainable public health policies contribute to mitigating the impacts of climate change, strengthening the resilience of health systems and reducing socio-environmental vulnerabilities. The importance of governance, intersectoral integration, and the incorporation of equity as structuring principles of public policies was highlighted. **CONCLUSION:** It is concluded that addressing the impacts of climate change on health requires sustainable public policies, based on scientific evidence and guided by social justice. The articulation between sustainability, public health, and governance is essential to promote more resilient, equitable health systems prepared for contemporary environmental challenges.

KEYWORDS: Public Policy, Environmental Policy, Climate Change, Public Health, Environmental Health.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas configuram-se como um dos mais complexos desafios contemporâneos, produzindo impactos diretos e indiretos sobre os sistemas naturais, sociais





e, de forma expressiva, sobre a saúde humana. Evidências científicas indicam que eventos extremos, como ondas de calor, secas prolongadas, enchentes e incêndios florestais, têm intensificado riscos à saúde, contribuindo para o aumento da morbimortalidade e para alterações nos padrões epidemiológicos, sobretudo entre populações socialmente vulneráveis (Silva, 2024). Nesse cenário, a saúde pública passa a ser fortemente condicionada por determinantes ambientais, o que exige respostas integradas, preventivas e sustentáveis por parte dos sistemas de saúde (Eyzaguirre et al., 2025).

Além disso, a relação entre sustentabilidade e saúde evidencia que o modelo de desenvolvimento adotado pelas sociedades desempenha papel central tanto na geração quanto na mitigação dos impactos climáticos sobre a saúde. A exploração inadequada dos recursos naturais, associada à degradação ambiental e às desigualdades socioeconômicas, amplia a exposição das populações a agravos evitáveis, reforçando a necessidade de estratégias que articulem crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se elemento fundamental para a formulação de políticas públicas orientadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças (Sousa, 2024; Sales; Anjos; Santos, 2024).

Nesse sentido, as políticas públicas assumem papel estratégico ao direcionar ações intersetoriais capazes de enfrentar os efeitos adversos das mudanças climáticas sobre a saúde. Políticas ambientais, urbanas, energéticas e de saúde, quando alinhadas aos princípios da sustentabilidade, contribuem para a redução de vulnerabilidades, o fortalecimento da resiliência dos sistemas de saúde e a promoção de ambientes mais saudáveis (Jatobá; Castro-Nunes; Carvalho, 2025). Assim, a articulação entre diferentes setores governamentais e sociais torna-se indispensável para responder à complexidade dos determinantes sociais e ambientais da saúde (Ansah *et al.*, 2024).

Entretanto, apesar dos avanços normativos e do reconhecimento internacional da gravidade do problema, persistem desafios significativos relacionados à implementação efetiva dessas políticas, especialmente em países em desenvolvimento. Fragilidades nos processos de governança, limitações de financiamento, descontinuidade de ações e profundas desigualdades regionais comprometem a capacidade de resposta dos Estados frente aos impactos climáticos, ampliando iniquidades em saúde (Rego *et al.*, 2024). Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar criticamente como as políticas públicas têm sido estruturadas e quais evidências demonstram sua efetividade no enfrentamento desses desafios (Lima; Souza, 2025; Cavalcante, 2025).



Ademais, a literatura científica aponta que os impactos das mudanças climáticas não se distribuem de forma homogênea entre as populações, afetando de maneira desproporcional grupos em situação de vulnerabilidade social. Crianças, idosos, comunidades tradicionais e populações de baixa renda apresentam maior risco de adoecimento e mortalidade associados a fatores ambientais, refletindo processos históricos de exclusão social e injustiça ambiental. Dessa forma, políticas públicas sustentáveis devem incorporar a equidade como princípio norteador, visando reduzir desigualdades estruturais e proteger os grupos mais expostos aos riscos climáticos (Khanal; Ramadani; Boeckmann, 2023).

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar as evidências científicas acerca do papel das políticas públicas sustentáveis na mitigação dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde das populações. Ao explorar a interface entre sustentabilidade, saúde pública e políticas públicas, busca-se contribuir para o fortalecimento de estratégias integradas que promovam sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e alinhados aos desafios ambientais contemporâneos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, do tipo descritiva. O processo metodológico prevê a identificação de Práticas Baseadas em Evidências (PBE), cuja execução promove a qualidade da assistência, assegurando métodos de tratamento resolutivos e diagnóstico precoce (Schneider; Pereira; Ferraz, 2020). A utilização da estratégia PICO (População, Intervenção, Contexto e Outcomes), para a formulação da pergunta norteadora da pesquisa resultou nos seguintes questionamentos: “Como as políticas públicas sustentáveis em saúde influenciam a mitigação dos impactos das mudanças climáticas nos indicadores de saúde das populações?”.

Quadro 1: Aplicação da estratégia PICO para a revisão integrativa da literatura.

ACRÔNIMO	DEFINIÇÃO	APLICAÇÃO
P	População	Populações afetadas pelas mudanças climáticas.
I	Interesse	Políticas públicas sustentáveis em saúde.
C	Contexto	Contextos sem políticas públicas ambientais eficazes.
O	Abordagem	Redução de riscos ambientais, melhoria dos indicadores de saúde e promoção da equidade.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.



Este estudo seguiu uma metodologia organizada em cinco etapas distintas: (1) busca literária, através de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) em associação com o uso dos conectores booleanos, (2) início da coleta de dados e aplicação dos filtros, (3) análise de título e resumo, (4) leitura na íntegra e interpretação dos estudos selecionados e (5) divulgação dos estudos incluídos na pesquisa.

O período de coleta de dados foi realizado no período do mês de fevereiro e março de 2025, e envolveu a exploração de diversas bases, tais como a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e SciVerse Scopus (Scopus). A estratégia de busca empregada combinou Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* (DeCS/MeSH) utilizando o operador booleano *OR* e *AND*, seguindo uma abordagem específica: “(“Políticas Públicas” *OR* “Política Ambiental”) *AND* (“Mudanças Climáticas”) *AND* (“Saúde Pública” *OR* “Saúde Ambiental”)”, resultando em um conjunto inicial de 732 trabalhos.

Foram estabelecidos critérios específicos para inclusão dos estudos, considerando artigos completos publicados nos últimos cinco anos (2021-2026), redigidos em inglês ou português. Uma análise detalhada dos títulos e resumos foi realizada para uma seleção mais apurada, seguida pela leitura completa dos artigos elegíveis, excluindo teses, dissertações, revisões e aqueles que não se alinhavam aos objetivos do estudo. A primeira seleção foi retirar a duplicidade nas bases de dados, de modo que restaram 271. Em seguida, ocorreu a escolha pelos títulos, que resultou em 148 publicações selecionadas. Após a leitura dos resumos, foram excluídos 91 que não abordavam o tema compatível ao pesquisado. Restaram 57 artigos, que foram lidos na íntegra e, posteriormente, houve a exclusão daqueles que não atendiam ao objetivo. O estudo foi finalizado com a inclusão de 14 artigos.

O Comitê de Ética em Pesquisa não foi envolvido neste estudo, uma vez que não houve pesquisas clínicas com animais ou seres humanos. Todas as informações foram obtidas de fontes secundárias e de acesso público.

Quadro 2: Estratégias de busca utilizadas nas bases de dados

BASES DE DADOS	DESCRITORES	TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS
LILACS, SciELO, PUBMED/MEDLINE E SCOPUS.	(“Políticas Públicas” <i>OR</i> “Política Ambiental”) <i>AND</i> (“Mudanças Climáticas”)	14



AND ("Saúde Pública" OR
"Saúde Ambiental").

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa, os dados levantados nos artigos selecionados foram organizados metodicamente no Quadro 3 pelos autores. As informações fornecidas nos estudos foram categorizadas em: autor, ano de publicação, título, objetivo do estudo e conclusão.

Quadro 3: Descrição dos estudos selecionados na revisão integrativa da literatura.

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVO	CONCLUSÃO
A1	Trinta anos da <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> e a inserção da Saúde Ambiental: avanços e desafios	Ribeiro, 2025	Analisar a trajetória da Saúde Ambiental no campo da Saúde Coletiva ao longo de três décadas.	Evidencia avanços conceituais e institucionais na incorporação da agenda ambiental à saúde, destacando desafios persistentes relacionados à governança e à integração intersetorial.
A2	A Tragédia Climática no Rio Grande do Sul e a Força Nacional do SUS	Nunes; Carvalho; Jatobá, 2025	Analisar a atuação da Força Nacional do SUS diante de eventos climáticos extremos.	Demonstra a importância de políticas públicas voltadas à resiliência do SUS frente a crises sanitárias associadas às mudanças climáticas.
A3	Vigilância em saúde e ambiente: uma trajetória histórica em São Paulo	Valentim <i>et al.</i> , 2024	Descrever a evolução histórica da vigilância em saúde ambiental no estado de São Paulo.	Evidencia o papel estratégico da vigilância ambiental na prevenção de agravos e na resposta aos riscos climáticos.
A4	Sustentando a saúde planetária através do pensamento sistêmico	Iyer <i>et al.</i> , 2021	Discutir o papel da saúde pública na promoção da saúde planetária a partir do pensamento sistêmico.	Aponta que abordagens integradas são essenciais para enfrentar desafios climáticos e promover sustentabilidade em saúde.
A5	Progresso das ações de planejamento do Departamento de Saúde Local para as alterações climáticas	Holmes; Holt; English, 2022	Avaliar ações de planejamento local em saúde frente às mudanças climáticas.	Identifica avanços no planejamento, porém destaca limitações na implementação efetiva de ações climáticas em nível local.
A6	Relações entre a segurança do solo e a saúde única	Swan; McBratney; Field, 2024	Analisar a relação entre segurança do solo, One Health e os ODS.	Demonstra que a saúde ambiental e humana depende de abordagens integradas entre ecossistemas e políticas públicas.
A7	Barreiras e facilitadores para políticas públicas voltadas para sistemas alimentares	Burgaz <i>et al.</i> , 2025	Identificar barreiras e facilitadores na implementação de políticas públicas sobre sistemas alimentares.	Evidencia entraves institucionais e estruturais que dificultam políticas sustentáveis em países de baixa renda.




A8	Degradação ambiental, alterações climáticas e saúde sob a perspectiva dos povos indígenas	Grande <i>et al.</i> , 2024	Compreender os impactos ambientais e climáticos sob a perspectiva de povos indígenas brasileiros.	Destaca que populações indígenas sofrem impactos desproporcionais das mudanças climáticas, reforçando a injustiça ambiental.
A9	Políticas e legislações relacionadas com a Saúde Única na Jordânia	Zayed <i>et al.</i> , 2025	Analisar políticas e legislações relacionadas ao One Health e mudanças climáticas.	Aponta lacunas entre marcos legais e a aplicação prática das políticas de saúde ambiental.
A10	Aprendendo com as políticas de sustentabilidade no exterior	Mackin; Spelman; Waytz, 2024	Avaliar o impacto do conhecimento de políticas sustentáveis internacionais no apoio público.	Demonstra que experiências bem-sucedidas aumentam o apoio a políticas sustentáveis domésticas.
A11	Estabelecendo a ligação entre equidade na saúde e sustentabilidade	Shelton; Hailemariam; Iwelunmor, 2023	Explorar a relação entre equidade em saúde e sustentabilidade.	Evidencia que políticas sustentáveis devem incorporar a equidade como eixo central.
A12	Estratégias transformadoras para aumentar a resiliência das mulheres às alterações climáticas	Aziz; Anjum, 2024	Analisar estratégias para fortalecer a resiliência de mulheres frente às mudanças climáticas.	Destaca a necessidade de políticas sensíveis ao gênero em contextos de baixa e média renda.
A13	Prescrição de benefícios conjuntos para a saúde do paciente e do planeta	Redvers, 2021	Discutir práticas em saúde que gerem benefícios simultâneos ao paciente e ao planeta.	Aponta oportunidades para integrar saúde clínica e sustentabilidade ambiental.
A14	Implementação do Acordo de Paris no sistema de saúde do Irã	Mousavi <i>et al.</i> , 2025	Analisar o processo de implementação do Acordo de Paris no sistema de saúde iraniano.	Evidencia a importância do alinhamento político-institucional para ações climáticas efetivas em saúde.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Os resultados da análise da literatura revelam consenso científico quanto à intensificação dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde humana, expressos, principalmente, pelo aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas, bem como por agravos decorrentes de eventos climáticos extremos. Estudos recentes evidenciam que ondas de calor, incêndios florestais e enchentes estão diretamente associados ao aumento da mortalidade e à maior demanda por serviços de saúde, pressionando sistemas já fragilizados, especialmente em países de média e baixa renda (Nunes; Carvalho; Jatobá, 2025; Ribeiro, 2025). Esses achados reforçam a compreensão de que a crise climática ultrapassa a esfera ambiental e se consolida como um problema central de saúde pública global.





Além disso, as evidências analisadas apontam que a sustentabilidade emerge como eixo estruturante das respostas em saúde frente às mudanças climáticas. Políticas públicas orientadas por princípios sustentáveis demonstram maior capacidade de mitigar riscos ambientais, reduzir exposições nocivas e promover ambientes saudáveis, sobretudo quando integradas a estratégias amplas de desenvolvimento sustentável (Iyer *et al.*, 2021). Nesse sentido, a incorporação da agenda ambiental às políticas de saúde amplia significativamente o potencial de prevenção de doenças e de promoção da saúde coletiva, fortalecendo a atuação dos sistemas de saúde diante de cenários climáticos adversos.


No que se refere às políticas públicas, os estudos indicam que abordagens intersetoriais apresentam melhores resultados na adaptação e mitigação dos impactos climáticos sobre a saúde. Políticas que articulam os setores de saúde, meio ambiente, planejamento urbano, saneamento e energia renovável mostram-se mais eficazes na redução de vulnerabilidades sociais e no fortalecimento da resiliência dos sistemas de saúde (Valentim *et al.*, 2024; Aziz; Anjum, 2024). Assim, a integração entre diferentes setores é apontada como elemento essencial para enfrentar a complexidade dos determinantes socioambientais da saúde (Swan; Mcbratney; Field, 2024).

Entretanto, os resultados também evidenciam lacunas significativas na implementação dessas políticas, especialmente no contexto de países em desenvolvimento. Fragilidades nos mecanismos de governança, descontinuidade administrativa, escassez de financiamento e limitada capacidade técnica comprometem a efetividade das ações voltadas à sustentabilidade e à adaptação climática (Burgaz *et al.*, 2025). Esses entraves contribuem para a persistência de desigualdades regionais e sociais nos impactos à saúde, dificultando a consolidação de respostas equitativas e sustentáveis.

Outro achado relevante refere-se à governança global da saúde, frequentemente apontada como insuficiente para responder de forma coordenada aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Apesar da existência de acordos internacionais e compromissos multilaterais, observa-se um distanciamento significativo entre os marcos normativos globais e a implementação local das políticas públicas, o que limita seus efeitos práticos sobre a saúde das populações (Zayed *et al.*, 2025). Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer mecanismos de cooperação internacional e de articulação entre diferentes níveis de governo.

Ademais, a literatura destaca que os impactos das mudanças climáticas afetam de maneira desproporcional grupos socialmente vulneráveis, reforçando desigualdades históricas e processos de injustiça ambiental. Crianças, idosos, populações de baixa renda e comunidades tradicionais apresentam maior exposição a riscos ambientais e menor capacidade de adaptação,





resultando em piores desfechos em saúde (Holmes; Holt; English, 2022; Grande *et al.*, 2024). Esses resultados indicam que a equidade deve constituir princípio central na formulação e implementação de políticas públicas sustentáveis.

Nesse contexto, os estudos ressaltam que políticas públicas orientadas pela justiça social e pela equidade em saúde apresentam maior potencial de reduzir desigualdades e proteger populações vulneráveis. Estratégias que combinam adaptação climática, proteção social e fortalecimento da atenção primária à saúde demonstram efeitos positivos na redução de riscos e na promoção da resiliência comunitária (Mackin; Spelman; Waytz, 2024; Shelton; Hailemariam; Iwelunmor, 2023). Dessa forma, a sustentabilidade deixa de ser compreendida apenas como um conceito ambiental e passa a integrar a agenda de direitos, cidadania e saúde coletiva.

Portanto, os resultados discutidos indicam que o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde exige políticas públicas sustentáveis, intersetoriais e fundamentadas em evidências científicas. A articulação entre sustentabilidade, saúde pública e governança mostra-se essencial para o fortalecimento de sistemas de saúde resilientes, capazes de reduzir vulnerabilidades e promover equidade. Assim, os achados reforçam a importância de ampliar investimentos, qualificar a governança e integrar ações ambientais às políticas de saúde como estratégia fundamental para enfrentar os desafios climáticos contemporâneos (Redvers, 2021; Mousavi *et al.*, 2025).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências analisadas, observa-se que as mudanças climáticas constituem um fator determinante para o agravamento de riscos à saúde humana, repercutindo diretamente sobre a morbimortalidade, a organização dos serviços de saúde e a ampliação das desigualdades sociais. Os estudos revisados demonstram que eventos climáticos extremos, degradação ambiental e alterações nos ecossistemas intensificam a exposição das populações a agravos evitáveis, reforçando a centralidade da agenda climática no campo da saúde pública. Assim, a crise climática consolida-se como um desafio sanitário global que exige respostas estruturais e sustentáveis.

Nesse contexto, evidencia-se que políticas públicas orientadas pelos princípios da sustentabilidade desempenham papel estratégico na mitigação dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde. Abordagens intersetoriais, que integram saúde, meio ambiente, planejamento urbano e proteção social, mostram-se mais eficazes na redução de vulnerabilidades e no fortalecimento da resiliência dos sistemas de saúde. Ademais, a



incorporação da equidade como eixo transversal dessas políticas revela-se fundamental para enfrentar as injustiças ambientais que afetam de forma desproporcional populações socialmente vulneráveis, como comunidades indígenas, mulheres, crianças e idosos.

Em síntese, os achados reforçam a necessidade de fortalecer a governança, ampliar investimentos e qualificar a implementação das políticas públicas sustentáveis em saúde, especialmente em países em desenvolvimento. O alinhamento entre compromissos internacionais, marcos normativos nacionais e ações locais constitui elemento-chave para respostas mais efetivas aos desafios climáticos contemporâneos. Dessa forma, o avanço de estratégias baseadas em evidências científicas, justiça social e sustentabilidade mostra-se essencial para a promoção de sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e preparados para os impactos das mudanças climáticas.

Com base nos resultados encontrados recomenda-se mais investimentos em capacitação de profissionais das diferentes políticas públicas referente às situações que envolvam as mudanças climáticas, já que as abordagens intersetoriais apresentam melhores resultados na adaptação e mitigação dos impactos climáticos sobre a saúde. Universidades, Instituições sem fins lucrativos e empresas também podem ofertar formações, capacitações e treinamentos. É recomendável também preparar a população mediante estratégias como cursos, palestras, divulgação de materiais informativos e também debates em conferências municipais pois é onde acontece o contato maior e mais rápido com a população.

REFERÊNCIAS

ANSAH, E. W. *et al.* Health systems response to climate change adaptation: a scoping review of global evidence. **BMC Public Health**, v. 24, n. 1, 29 jul. 2024.

AZIZ, M.; ANJUM, G. Transformative strategies for enhancing women's resilience to climate change: A policy perspective for low- and middle-income countries. **Women s Health**, v. 20, 1 jan. 2024.

BURGAZ, C. *et al.* Barriers and Facilitators to the Development and Implementation of Public Policies Addressing Food Systems in Five Sub-Saharan African Countries and Five of Their Cities. **International Journal of Health Policy and Management**, 22 fev. 2025.

CAVALCANTE, A. F. Desafios da governança climática no Brasil: o plano clima é a solução? **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 3, p. e9269, 18 mar. 2025.

EYZAGUIRRE, I. A. L. *et al.* The Effects of Climate Change on Health: A Systematic Review from a One Health Perspective. **Climate**, v. 13, n. 10, p. 204, 29 set. 2025.

GRANDE, A. J. *et al.* Environmental degradation, climate change and health from the perspective of Brazilian Indigenous stakeholders: a qualitative study. **BMJ Open**, v. 14, n. 9, p. e083624–e083624, 1 set. 2024.



HOLMES, T. J.; HOLT, A.; ENGLISH, D. Q. Progress of Local Health Department Planning Actions for Climate Change: Perspectives from California, USA. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 13, p. 7984, 29 jun. 2022.

IYER, H. S. *et al.* Sustaining planetary health through systems thinking: Public health's critical role. **SSM - Population Health**, v. 15, 11 jun. 2021.

JATOBÁ, A.; CASTRO-NUNES, P. DE.; CARVALHO, P. V. R. DE. Perspectivas para a Implementação de Políticas Públicas com Foco na Resiliência do SUS frente aos Desafios do Brasil Contemporâneo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, p. e17602024, 2025.

KHANAL, S.; RAMADANI, L.; BOECKMANN, M. Health Equity in Climate Change and Health Policies: A Systematic Review. **Sustainability**, v. 15, n. 13, p. 10653, 1 jan. 2023.

LIMA, E. S.; SOUZA, L. P. DE. A governança global da saúde e seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas. **UNISANTA Law and Social Science**, Vol. 14, N. 1 (jan./jun. 2025), pp. 225-235. ISSN: 2317-1308.

MACKIN, M.; SPELMAN, T.; WAYTZ, A. Learning about successfully implemented sustainability policies abroad increases support for sustainable domestic policies. **Scientific Reports**, v. 14, n. 1, 25 maio 2024.

MOUSAVI, A. *et al.* A policy context and process analysis to implement the Paris Agreement on climate change in the health system of Iran. **BMC Public Health**, v. 25, n. 1, 6 mar. 2025.

NUNES, P. DE C.; CARVALHO, P. V. R. DE; JATOBÁ, A. A Tragédia Climática no Rio Grande do Sul e a Força Nacional do SUS: política pública com foco na resiliência diante de novas crises sanitárias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. suppl 1, 2025.

REDVERS, N. Patient-Planetary Health Co-benefit Prescribing: Emerging Considerations for Health Policy and Health Professional Practice. **Frontiers in Public Health**, v. 9, 30 abr. 2021.

REGO, S. G. G. C. *et al.* O papel das políticas públicas e da conscientização ambiental para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS). **IOSR Journal of Business and Management**, v. 26, n. 9, p. 49–54, set. 2024.

RIBEIRO, H. Trinta anos da Ciência & Saúde Coletiva e a inserção da Saúde Ambiental: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 9, 2025.

SALES, L. A. A.; ANJOS, M. L. DOS.; SANTOS, D. C. DOS. Saúde pública: o papel do meio ambiente no combate e prevenção de doenças. **Revista Humanidades E Tecnologia (FINOM)**, 9 nov. 2024.

SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERAZ, L. Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2020.

SHELTON, R. C.; HAILEMARIAM, M.; IWELUNMOR, J. Making the connection between health equity and sustainability. **Frontiers in Public Health**, v. 11, 26 set. 2023.

SILVA, H. M. Fires, climate change and impacts on public health in Brazil: challenges and perspectives – a systematic review. **Biological Environment and Pollution**, v. 4, n. 2, p. 48–66, 2024.

SOUSA, L. V. DE. **Os impactos da mudança climáticas na saúde e os desafios das políticas públicas atuais.** Dissertação (PPG em Cidades Inteligentes e Sustentáveis), Universidade Nove de Julho, 2024.





SWAN, T.; MCBRATNEY, A.; FIELD, D. Linkages between Soil Security and One Health: implications for the 2030 Sustainable Development Goals. **Frontiers in Public Health**, v. 12, 18 set. 2024.

VALENTIM, L S. O. *et al.* vigilância em saúde e ambiente, uma trajetória histórica em São Paulo. **BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 21, p. e41436, 12 dez. 2024.

ZAYED, D. K. *et al.* Exploring Policies, Strategies, and Legislations Related to the One Health Approach to Zoonoses, Antimicrobial Stewardship, and Climate Change in Jordan: A Multimethod Study with SWOT Analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 22, n. 5, p. 749–749, 9 maio 2025.

